Reestruturação de espaços de desindustrialização em São Paulo: Vila Leopoldina e Santo Amaro

Rafael Faleiros de Padua (mestre e doutorando em Geografia Humana – Universidade de São Paulo – Brasil)
rfpadua@usp.br

1- Introdução

Procuraremos nesse texto apresentar um percurso de pesquisa que pretende entender os processos concretos de produção e reprodução do espaço na metrópole de São Paulo. Isso significa um processo de pesquisa, o que quer dizer que chegar ao conteúdo concreto exige procedimentos e abstrações. Em linhas muito gerais, procuraremos mostrar um processo ao mesmo tempo evidente e encoberto, na reflexão sobre a reestruturação de espaços de desindustrialização.

A transformação nos lugares de São Paulo onde outrora a classe operária trabalhava, residia e reproduzia sua vida em todas as suas esferas, envolve profundamente a vida das pessoas do lugar, produzindo a segregação que, ideologicamente, aparece como progresso, como melhoria do bairro, como embelezamento. Vai tomando as ruas, as casas, os pequenos comércios onde as pessoas mais velhas estavam acostumadas a ir, onde encontravam conhecidos. As ruas passam a ter outro movimento, muito menos lugar de permanência e mais lugar de passagem; a paisagem se transforma, onde havia pequenas casas e galpões industriais agora existem grandes conjuntos de apartamentos.

O processo de transformação é evidente, pois o próprio espaço físico, a paisagem e o movimento das ruas se transformam; mas também é um processo escondido, pois o que acontece nos lugares parece a quem está ali como algo irrefutável, inquestionável, e é ainda mais encoberto (talvez seja este o melhor termo) porque as pessoas que veêm o seu espaço cotidiano sendo destituído não tem o que fazer, ou não vislumbram formas além de suas possibilidades do cotidiano. As instâncias comunitárias estão esvaziadas, já que existem residualmente por um grande esforço de poucos moradores, mas não tem mais voz. As representatividades políticas também não se apresentam. Não se identifica o processo sequer como um conflito.

E é evidente que o que ocorre nesses bairros se trata de uma ‘substituição’ de uma população mais empobrecida, vivendo em um espaço tradicional, por uma população

nova, com maior poder de consumo. É uma ‘substituição’ que ocorre mesmo com os moradores antigos ainda residindo nestes lugares. São tempos diferentes que se colocam juntos nesse momento, em um conflito em que o antigo forçosamente tem que se habituar ao novo, mesmo porque o novo se impõe, e destitui o antigo gradativamente, ou repentinamente. A permanência dá lugar à provisoriedade de formas da paisagem e de relações. A produção dos novos espaços, seja de moradia, seja de consumo, propõem uma nova sociabilidade, substituindo até nomes tradicionais dos lugares para a melhor realização econômica dos empreendimentos. Dessa forma, fica claro que a pesquisa tem um papel importante de mostrar o conflito, tentando entendê-lo no contexto da reprodução da urbanização da metrópole como um todo.

Estamos buscando evidenciar na pesquisa que a questão da reestruturação dos espaços de desindustrialização em São Paulo deve ser pensada dentro da problemática urbana, ou seja, como um processo socioespacial, cuja elucidação passa pela reflexão da produção e reprodução do espaço nos níveis do econômico, político e social, no qual o social é o terceiro termo da tríade, que une contraditoriamente os três termos.

A reflexão sobre a urbanização generalizada passou a ser uma preocupação central da Geografia a partir da década de 60. Inicialmente tomada como um crescimento quantitativo, uma expansão espacial, a urbanização acelerada produziu uma mudança qualitativa da vida na cidade. Representou, sobretudo, a intensificação do ritmo de transformação dos espaços da vida. Segundo Pierre George, “a brutalidade das transformações de ritmo de desenvolvimento representou um golpe fatal para formas de vida e de evolução de paisagens construídas pelo homem, as quais tinham moldado muitas gerações” (GEORGE, 1966, 214).

Dessa forma, a urbanização acelerada indicou que a vida na cidade neste momento, em constante transformação, se apresentava como um desafio à compreensão. Fica claro que não bastava mais pensar a cidade do ponto de vista de suas extensões físicas, mas que o fenômeno urbano passava para o plano da qualidade, que era necessário pensar o conteúdo da vida na cidade. Ainda segundo Pierre George, “o paradoxo da época contemporânea, do ponto de vista do estudo e da dimensão do fato urbano, não está em colocar em questão a existência da cidade a priori, mas, ao contrário, colocar o problema da sobrevivência, a posteriori” (GEORGE, 1966, p.217). Ainda diz ele que “o crescimento populacional, o desdobramento espacial, a abundância

de novas construções, vêm acompanhados de uma transformação profunda das atividades e da razão de ser das populações urbanas" (GEORGE, 1966, p.220).

A perda de sentido do centro tradicional e o crescimento espacial da cidade indicam, para Pierre George, uma degradação da vida social. A cidade como realidade social da realização do humano, sofre um abalo quando o ritmo das transformações se intensifica, no momento em que as referências espaciais vão sendo gradativamente destruídas e substituídas por novas referências abstratas, que determinam, em um outro plano, relações sociais mais efêmeras. Em nossa pesquisa procuramos mostrar que o desafio que Pierre George evidenciou na década de 1960 se recoloca hoje, na reprodução da urbanização contemporânea e aqui apresentamos a maneira que estamos enfrentando o desafio da compreensão dos processos de reestruturação dos espaços de desindustrialização em São Paulo.

Já no século XIX, Kropotkin elucidava a descentralização industrial mostrando o movimento que a indústria realizava nos países europeus que se desenvolviam industrialmente. Com a urbanização, induzida pela própria industrialização, a questão industrial ganha novos atributos, passa a estar ligada às cidades. Avançando no tempo, a grande industrialização de São Paulo, vivida na segunda metade do século XX, resultado de uma descentralização industrial dos países centrais e de um grande esforço interno em prol da industrialização, representou um momento de constituição de novos bairros industriais assim como de constituição das imensas periferias da metrópole. Provocou uma forte corrente migratória em direção a São Paulo, atraída pela abundante oferta de emprego industrial. É um processo, induzido pela indústria, que marcou profundamente a urbanização de São Paulo. Hoje buscamos refletir sobre a reprodução desse processo. O movimento da indústria hoje em São Paulo deve ser considerado no interior da problemática urbana, e é esse o esforço que estamos realizando na pesquisa. Não podemos esquecer o contexto social no qual esse processo de industrialização e de urbanização acelerados estão inseridos. Usando o termo de Yves Lacoste, diríamos que se tratam de "estruturas sociais opressivas e paralisantes" (LACOSTE, 1966), que se reproduzem na história de nosso país, inclusive no momento atual, quando verificamos a inflexão em direção à hegemonia do capital financeiro na reprodução da cidade[1]. Dessa

[1] CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Geografias de São Paulo - A metrópole do século XXI*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

maneira, a reprodução da urbanização contemporânea carrega as contradições que vem com a história, superando antigas contradições e criando novas contradições.

Dessa maneira, estamos fazendo um esforço para deixar claro que nossa pesquisa está voltada não para a transformação da indústria, mas da urbanização, ou seja, busca refletir sobre as transformações dos espaços industriais (especialmente aqueles que se configuram como espaços de desindustrialização) na urbanização contemporânea da metrópole. E para isso, buscamos alcançar o vivido, a vida cotidiana e refletir como ela se transforma nesse processo. Nesse sentido, o conceito de lugar se torna fundamental em nossa análise.

Ana Fani Alessandri Carlos nos ajuda a pensar as transformações da urbanização através da reflexão do lugar, pois, segundo ela,

> "a preocupação com a investigação do processo de produção espacial, particularmente do urbano, nos remete à discussão do papel da análise do *lugar* na geografia.
> A premissa é que o estudo de um fenômeno específico reproduz, em diferentes escalas, as mesmas determinações da totalidade, sem com isso eliminar-se as particularidades históricas. Entretanto, na produção de uma pequena parcela de espaço encontramos as mesmas determinações, a mesma articulação. É possível detectar as leis gerais do processo de produção espacial a partir da análise de uma determinada parcela, desde que esta leve em conta a relação com a totalidade. Esta idéia apóia-se numa visão determinada de realidade, na qual os fenômenos só têm sentido quando analisados em função do todo ao qual pertencem.
> Deste modo a discussão sobre o lugar nos remete à noção de totalidade concreta (aberta e em movimento), fundamentada na discussão da natureza do espaço geográfico" (CARLOS, 2008, p.39).

Assim, o lugar como a realização das determinações mais gerais, como manifestação concreta dos processos de reprodução da metrópole como um todo é essencial para o nosso trabalho. Nesse sentido a pesquisa sobre as transformações de lugares da metrópole remete também a uma prática social que se concretiza no lugar, através de relações sociais que acompanham e produzem os lugares da metrópole.

Com isso, abordamos questões que estamos perseguindo na pesquisa, procurando pensar a urbanização da metrópole através dos espaços de desindustrialização em processo de reestruturação estudados. Durante todo o percurso da pesquisa perseguimos os elementos da realidade que nos esclareçam a respeito de nossa hipótese, de que a transformação radical dos espaços de desindustrialização aprofunda a segregação socioespacial na metrópole.

2- A transformação dos lugares na metrópole

É inegável o papel que a indústria teve na estruturação de São Paulo como uma metrópole e que ainda tem em sua economia. No entanto em algumas áreas podemos identificar o retraimento industrial e a chegada de novas atividades econômicas diferentes da industrial e novos usos, como as atividades de serviços, comércio, entretenimento, assim como a instalação de novos empreendimentos residenciais voltados para a classe média-alta. Os espaços em questão são Vila Leopoldina, que se tornou um pólo de construção de grandes empreendimentos residenciais e Santo Amaro, onde se observa uma diversidade de novos usos, com a construção de novos condomínios residenciais, de casas de shows e eventos, novos edifícios de escritórios e novos equipamentos de comércio. Esses lugares, onde até bem pouco (há aproximadamente 15 anos) predominou a indústria e atividades relacionadas a ela, com uma população predominantemente de classe média e média-baixa, passam a receber novas atividades voltadas para uma classe com um padrão de consumo mais elevado. As transformações atingem profundamente a vida cotidiana dos moradores desses lugares, pois as ruas passam a ser mais movimentadas; muitos moradores saem e vão morar em outros lugares da metrópole, geralmente na periferia, pois o processo de valorização não os permite mais morar ali; muitas casas se transformam em pontos de serviços para a nova população dos novos condomínios residenciais; e a própria dinâmica do lugar se transforma com a construção dos grandes condomínios verticais e o adensamento provocado por eles. A transformação da paisagem, que ganha velocidade, é avassaladora em alguns locais. Este movimento da paisagem passa a revelar, através da análise, uma transformação dos conteúdos da metrópole, no sentido do habitar, do viver na metrópole. É neste nível de análise que pretendemos chegar, ao nível da vida na cidade hoje, com todas as suas contradições, pois pensamos que é aí que encontraremos os conteúdos da urbanização contemporânea da metrópole.

Esses lugares, que estamos chamando de espaços de desindustrialização, Vila Leopoldina e Santo Amaro, passam a ter no momento atual uma nova inserção no processo de reprodução da metrópole. Por serem lugares com grande disponibilidade de grandes terrenos (terrenos de antigo uso industrial disponíveis), a sua localização e acessibilidade passam a ter um outro significado para as estratégias dos setores hegemônicos da produção do espaço na metrópole. A industrialização nesses lugares

ocorreu num segundo momento da industrialização paulistana, sobretudo a partir da década de 1950, quando houve um forte incentivo por parte do Governo federal, para a industrialização pesada no Brasil. Com isso, alguns locais, então periféricos em relação às grandes cidades e geralmente próximos a grandes vias de circulação rodoviária, ganharam grandes parques industriais e atividades relacionadas à atividade industrial, como setores de estocagem e logística. Vila Leopoldina e Santo Amaro se ligam a essa fase da industrialização, se localizando nas proximidades da Avenida Marginal do Rio Pinheiros, em áreas conquistadas à várzea desse rio, quando de sua retificação. A industrialização desses lugares induziu fortemente sua urbanização, com o estabelecimento de uma população também ligada à atividade industrial e atividades correlatas.

De lugares relativamente periéricos na década de 1950, com o avanço da urbanização da metrópole, eles se apresentam hoje como espaços com uma localização privilegiada e uma acessibilidade facilitada pelas vias expressas da Marginal do Rio Pinheiros. Se tornaram lugares periféricos a áreas mais valorizadas da metrópole. As zonas oeste e sudoeste de São Paulo se apresentam hoje como as principais áreas de vetores de valorização. Vila Leopoldina se localiza ao norte da Marginal do Rio Pinheiros e Santo Amaro se localiza ao sul da mesma marginal. Historicamente o eixo de valorização se desloca em sentido oeste-sudoeste, partindo do centro tradicional (década de 50), se deslocando para a região da Avenida Paulista (déc. de 60/70), depois para a Avenida Brigadeiro Faria Lima (déc. de 70/80), estendendo-se para a Avenida Luis Carlos Berrini (a partir da déc. de 80) e agora Santo Amaro se coloca como a possível extensão desse eixo, principalmente dedicado aos setores empresarial e de serviços ligados à atividade de gestão. A Vila Leopoldina está ao norte desse eixo de valorização, mas acompanha o movimento de valorização se colocando como um local de moradia com rápido acesso ao trabalho nessas áreas de valorização da zona oeste-sudoeste.

Diante do fato de que a metrópole vive um momento de passagem da primazia do capital industrial para o capital financeiro, acompanhando o movimento geral da economia capitalista, o espaço passa a ter um novo sentido no movimento de reprodução geral da sociedade. A reprodução do capital financeiro passa cada vez mais pela produção e reprodução do espaço. Nesse sentido, os espaços de desindustrialização se tornam áreas privilegiadas para a ação das estratégias do capital financeiro articulado aos

setores da construção civil e do imobiliário. São grandes construtoras, incorporadoras e empresas financeiras os promotores dos novos empreendimentos que em pouco tempo transformam profundamente a paisagem e a vida dos lugares.

Em São Paulo, onde o espaço para novos empreendimentos se torna raridade, pela densificação da metrópole em suas áreas mais valorizadas, estes espaços de desindustrialização aparecem como novas fronteiras a serem exploradas por esses agentes hegemônicos da produção do espaço, com a vantagem de se tratar de espaços relativamente desvalorizados devido ao seu uso industrial pretérito. É preciso, para estes agentes da produção do espaço, forjar novos espaços atrativos para o consumo, seja para moradia, seja para escritórios, seja para ambos ao mesmo tempo, ou ainda para novos serviços ou entretenimento, shows, etc. Difunde-se para esses lugares novos discursos ligados ao desenvolvimento do lugar com a chegada de novos empreendimentos, novos serviços, de uma classe com maior padrão de consumo. Esses discursos ideológicos têm o papel de construir uma idéia capaz de realizar estes espaços como fronteiras econômicas no urbano. Cabe a nós desconstruir criticamente esses discursos ideológicos, que partem tanto dos setores privados (empresários, empresas de consultoria, imobiliárias, indústria cultural, etc.), como do Estado (Prefeitura). Frequentemente, do ponto de vista do poder público, desenvolver uma área da cidade significa preparar essa área para um público com poder de consumo, que irá, em tese, dinamizar economicamente a área. Nesses planos, procura-se densificar áreas, o que também significa, na maioria das vezes, incentivar a moradia das classes mais abastadas nessas áreas. Por trás desses discursos está uma visão de cidade como mercadoria, para a qual os lugares da cidade devem se preparar para atrair o capital, devem se tornar produtivos. O poder público encampa os discursos provenientes dos setores privados da produção do espaço, para os quais interessa o aprofundamento da cidade como mercadoria.

O mercado passa a mediar cada vez mais a vida na cidade, transformando completamente e rapidamente porções da cidade, produzindo novos usos em lugares já constituídos como lugares da metrópole. A cidade como mercadoria invade os lugares da vida das pessoas que não participam da lógica do mercado como consumidores. São os moradores dessas áreas em processo de transformação que sofrem passivamente as conseqüências da lógica da mercadoria na cidade, muitas vezes não podendo

permanecer nos seus lugares originais de moradia, em razão da valorização dos lugares. A própria transformação dos lugares, tanto na paisagem como na vida, afasta os moradores originais de seus lugares. Os processos observados hoje em Santo Amaro e na Vila Leopoldina, representam a atualidade de processos que ocorreram em outros lugares da metrópole que passaram por transformações profundas e foram tomados de assalto pelos agentes da produção do espaço, como na Vila Olímpia, por exemplo. Há especificidades em cada lugar, mas o fundamento do processo é geral, que é a transformação de parcelas da metrópole em produtos a serem vendidos no mercado. É um processo de ampliação da fragmentação do espaço da metrópole voltado para um crescimento econômico, que é visto e difundido como desenvolvimento pelos setores do Estado e do privado e que são na verdade uma ampliação das contradições no urbano.

A produção espacial, no entanto, é produzida e produz relações sociais, se configurando assim como um produto especial. Ela envolve a cidade e as contradições presentes na cidade, transformando a vida na cidade. Queremos dizer que ao mesmo tempo em que o espaço é produzido por determinações sociais do momento atual, ele também induz o modo de apropriação da cidade. Nesse processo de fragmentação da metrópole, o espaço é produzido socialmente, mas a sua apropriação se dará através da mediação do dinheiro para pagar pelo uso do espaço, através da mediação da propriedade privada da terra. Dessa forma, os usos na cidade serão diferencialmente distribuídos de acordo com as possibilidades de consumo das diferentes parcelas da população. Configura-se assim uma produção do espaço segregadora, já que exclui do uso aqueles que não podem pagar para tê-lo. Como hipótese central do trabalho, construímos a idéia de que as transformações em curso nos espaços de desindustrialização em questão aprofundam a fragmentação do espaço e consequentemente aprofundam a segregação sócioespacial na cidade. A segregação no momento atual já não é mais algo dissimulado, mas explícito nos novos produtos imobiliários que são construídos nesses lugares anteriormente ocupados pela indústria. É uma cidade fragmentada e segregada a que é produzida aí, com a negação do espaço público e a negação da própria cidade.

As transformações nos espaços de desindustrialização configuram, no contexto da metrópole, novas centralidades. No caso da Vila Leopoldina, trata-se de uma nova centralidade da moradia da classe média-alta, que, pelo novo público consumidor

constituído pelos novos empreendimentos residenciais, induz a instalação de novos espaços de consumo. Por isso, podemos dizer que configura-se aí uma nova centralidade de consumo, aliado ao fato da proximidade de grandes supermercados e do Shopping Center Villa-Lobos. Com esse novo público consumidor, novos serviços passam a se instalar na Vila Leopoldina, como universidade, concessionárias e começam a surgir, na área mais próxima à Marginal do Rio Pinheiros, novos edifícios de escritórios. No caso de Santo Amaro, configura-se uma nova centralidade de eventos, entretenimento e shows. Aí também verificamos uma expressiva construção de condomínios residenciais verticais para classe média-alta e construção de novos edifícios de escritórios, o que também produz um novo público consumidor de novos serviços que gradativamente vão se instalando. Na parte sul de Santo Amaro, observa-se uma centralidade de entretenimento e compras para a classe média e média-baixa, (Shopping Center SP Market) e verifica-se a construção de condomínios residenciais verticais para as classes média e média-alta. O centro antigo de Santo Amaro atua como uma sub-centralidade tradicional para os moradores da periferia sul da metrópole, fato de que se aproveitam os empreendimentos comerciais voltados para a classes mais empobrecidas, localizados próximos a terminais de ônibus, estações do metrô ou do trem. Para os demais segmentos de renda, as novas centralidades afirmam a cidade do transporte individual, do carro, com enormes estacionamentos e com acessibilidade prejudicada para quem vai a pé ou por transporte coletivo.

3– A transformação estratégica de lugares como articulação do político com o econômico

A questão da reestruturação de espaços deteriorados nas grandes cidades industrializadas do mundo é recorrente, geralmente se coloca com força, dada a centralidade dessas áreas e o espaço que ocupam no tecido urbano. São áreas industriais ou áreas portuárias (que podem ou não estar ligadas a áreas industriais), que com a reestruturação produtiva, a modernização dos transportes e da logística, além da densificação e congestionamento das grandes cidades, se tornam espaços obsoletos e não produtivos no sentido econômico. Poderíamos citar os exemplos das docklands de Londres, da periferia norte de Paris (Saint-Denis), das reconversões de espaços industriais no Vale do Ruhr, na Alemanha, ou ainda de Puerto Madero, em Buenos Aires,

além de inúmeros outros casos. No caso das docklands de Londres, uma grande área portuária e industrial deteriorada, Roncayolo mostra que a intervenção urbanística, implementada numa parceria do poder público com o setor privado, com o discurso da "reintegração" da área à cidade de Londres, acabou por transformar o espaço em um exemplo de gentrificação, e que esse projeto pode ser descrito como "uma estratégia econômica e mesmo especulativa evidente" (RONCAYOLO, 1997, p.252). Ainda afirma ele que as intervenções urbanísticas em áreas portuárias geralmente se tornam exemplos de gentrificação (RONCAYOLO, p.251-252). Da mesma forma em Puerto Madero, em Buenos Aires, onde uma grande área portuária muito próxima ao centro da cidade foi requalificada por empreendimentos privados[2], construindo novos edifícios de escritórios, edifícios residenciais para classes abastadas e restaurantes e bares requintados. Há ainda, neste caso, muitos terrenos vagos, provavelmente objeto de especulação pelo mercado imobiliário.

Em nosso contexto, essa questão se coloca no momento atual de duas formas. Identificamos dois tipos de espaços de desindustrialização na cidade de São Paulo: um que se refere às áreas de industrialização mais antiga[3], ao redor das ferrovias, no sentido NO-SE da cidade, áreas onde não se percebe uma tendência mais clara à revalorização efetiva do espaço[4]. São espaços que apresentam processos de reutilização para atividades diversas, mas não são objetos de novas estratégias do mercado imobiliário; o outro tipo de espaço de desindustrialização são justamente os que são nosso objeto de estudo: Vila Leopoldina e Santo Amaro, onde a industrialização efetiva se deu posteriormente, a partir da década de 1950. Nesses espaços se constituíram lugares totalmente ligados à grande indústria, responsável em grande parte pela própria urbanização dos lugares. São lugares onde a disponibilidade de terrenos é grande, com grandes galpões industriais desativados e com uma localização e acessibilidade relativamente privilegiados no contexto atual da metrópole. No caso de São Paulo, os espaços de desindustrialização são tomados pelas estratégias dos agentes privados, e são esses agentes privados a vanguarda do processo. As ações do poder público vão no

---

[2] Puerto Madero é também o nome da empresa que reurbanizou a área. Anúncios publicitários dessa empresa dizem: "Uma empresa que faz cidade".

[3] São espaços da primeira fase da industrialização paulistana, ocorrida no período do final do século XIX até aproximadamente a década de 30.

[4] Devemos ressaltar que nestes espaços de desindustrialização mais antigos, há alguns pontos que apresentam uma tendência a uma revalorização do espaço na Água Branca, Barra Funda e Moóca. No entanto, são pontuais e não configuram áreas de valorização.

sentido de contribuir para esse processo, com o discurso de que o crescimento econômico da metrópole traria um desenvolvimento social. Os interesses do privado são tomados como interesses da sociedade como um todo. As operações urbanas, implementadas pela Prefeitura, são instrumentos usados para incentivar a densificação de áreas da cidade que lançam mão de formas de arrecadação[5] para reinvestir os recursos arrecadados em infraestruturas na região do perímetro da operação urbana. Está em estudo na Prefeitura, no momento atual, a Operação Urbana Vila Leopoldina-Jaguaré, e está sendo implementada a Operação Urbana Água Espraiada (que abrange a porção norte do distrito de Santo Amaro), que vão no sentido de incrementar o crescimento dessas regiões da cidade. Ou seja, o poder público, indo de encontro aos interesses dos setores privados, contribui para o aprofundamento da fragmentação do espaço e para a segregação sócioespacial, propiciando ao capital uma circulação mais eficiente através da produção do espaço.

Fica claro que as estratégias e ações do poder público articuladas aos interesses dos setores privados transformam o espaço cada vez mais em um espaço produtivo no sentido econômico, aprofundando a fragmentação e a segregação. Com essas estratégias se realizando, produzindo um outro espaço, com outros conteúdos diferentes dos que estavam estabelecidos nos lugares, ocorre um arrasamento da vida social já estabelecida naqueles lugares, quebrando as relações sociais constituídas no período de predomínio industrial. Por se tratar de tendências de valorização, há a saída de parte da população antiga do lugar, que é segregada de seu próprio lugar de moradia na cidade. Tanto nos novos condomínios residenciais quanto nos novos equipamentos urbanos de serviços, entretenimento, eventos, ou nos edifícios de escritórios, a segregação passa a ser almejada no próprio projeto. Sobretudo nos projetos dos grandes condomínios residenciais é expressiva a tentativa de promover um “novo modo de viver” na metrópole. Os condomínios passam a ser temáticos, dedicados ora ao lazer, ora à sustentabilidade e ao discurso do verde, ora ao esporte e às atividades físicas, com inúmeros espaços internos especializados, desde espaços dedicados exclusivamente às crianças pequenas a praça contemplativa e spa com hidromassagem. São condomínios construídos em grandes terrenos, de 17.000, 20.000 m², com mais de uma torre e com uma infinidade de serviços e equipamentos dentro do condomínio. O discurso da segurança também tem

[5] Venda de Cepacs, que permite ao comprador construir num coeficiente acima do permitido para aquela área da cidade.

um peso forte para a realização desses condomínios, que jogam com a questão da violência urbana atual nesses projetos que são totalmente fechados à cidade. Aliado aos equipamentos presentes dentro do próprio condomínio é oferecido ao morador uma grande gama de serviços de lavanderia, personal training, pet shop, motorista, aluguel de filmes, etc., a serem comprados. Ou seja, propõe-se uma vida na qual se precisa o menos possível sair do condomínio, pois ele satisfaz grande parte das necessidades cotidianas dos moradores, logicamente com um custo adicional para esses serviços. Do ponto de vista dos novos equipamentos de entretenimento, casas de shows, casas de eventos, ou mesmo novos edifícios de escritórios, também há um fechamento à cidade, pois são todos espaços cujo uso é mediado por pagamento e onde se chega de carro e se sai de carro. É preciso salientar que quando se verifica o avanço da fronteira econômica, com a instalação de novos equipamentos em áreas onde antes predominava a indústria, que os moradores vizinhos a eles não participam em nada do seu funcionamento. Os vizinhos da casa de shows não freqüentam os shows, pois as atividades são voltadas para um outro padrão de consumo, assim como não usam os serviços que vão se instalando para atender ao público dos novos condomínios. Ao mesmo tempo em que avançam estes novos equipamentos e condomínios, aumenta o volume do trânsito de carros no lugar, pois o uso dos novos equipamentos de entretenimento e lazer, assim como a própria vida nos novos condomínios está baseada no deslocamento de carro pela metrópole.

Podemos dizer que pelo volume das estratégias e das ações nestes espaços de desindustrialização existe um direcionamento da urbanização desses lugares no momento atual de reprodução da metrópole. Trata-se de uma urbanização desurbanizante[6], pois nega a cidade, uma vez que o aprofundamento da fragmentação do espaço, com uma funcionalização extrema dos usos do espaço, na disseminação de espaços de consumo privados, especializados, obedecendo a ordens estritas de uso, projetados para funções determinadas, esvaziam o conteúdo da cidade como o lugar da reunião, do encontro das diferenças, dos espaços qualitativos e livres. A vida se divide cada vez mais no uso de espaços com funções específicas em momentos específicos, que são vendidos como produtos. Dessa forma, a própria cidade se torna um produto, pois se trata da venda de um novo modo de vida através dos novos empreendimentos, produzindo uma vida cotidiana cada vez mais fragmentada. Resulta disso que a cidade toma cada vez mais um

[6] LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2006, 4ª ed..

conteúdo de mercadoria, segregando as classes empobrecidas do uso dos espaços sociais urbanos. Ocorre, com isso, uma instrumentalização da vida na cidade para a realização de interesses ligados à reprodução econômica, alheios à reprodução da vida.

4– Novas contradições e o empobrecimento da vida na cidade

Um dos conteúdos essenciais propostos por esta urbanização voltada para a realização do econômico na metrópole é a destituição do habitar, que já era residual no caso dos espaços industriais, para a afirmação do habitat. O habitar não carrega somente o sentido de morar na cidade, mas de realizar as potencialidades da vida urbana. A vida urbana carrega as possibilidades das conquistas do homem em sua história, no sentido de sua emancipação. No momento atual, o habitar é instrumentalizado através de inúmeras ideologias, como a ideologia da segurança, do verde, da sustentabilidade, do crescimento econômico ilimitado, da qualidade de vida, revelando a cidade mais como um conjunto de coações do que de realização da vida. Há a negação dos lugares públicos da metrópole, afirmando-se a cidade do automóvel, que contribui para esse modo de vida fragmentado e de lugares fechados e privados.

O processo de transformação dos espaços de desindustrialização demonstra que há, por parte dos promotores dos empreendimentos, a venda de uma idéia do viver na cidade, que realiza a reprodução do capital. É subordinado à reprodução do capital que se difundem os inúmeros discursos ideológicos que encampam a cidade como campo de estratégias, como se o espaço da cidade fosse vazio. Entre esses discursos está o que difunde as transformações nos espaços da metrópole como desenvolvimento e que servem de lastro para as ações dos setores privados e do Estado. Toma-se o crescimento econômico como desenvolvimento social, como se essas transformações fossem benéficas para todo o conjunto da sociedade. Através da análise desses processos nos espaços de desindustrialização, salientamos que eles aprofundam a segregação sócioespacial na metrópole, revelando novas contradições no urbano. O que está em jogo é a venda de pedaços da cidade, tendo em vista que nos espaços de desindustrialização os terrenos são inicialmente desvalorizados, propiciando uma melhor oportunidade de valorização aos agentes hegemônicos da produção do espaço.

Dessa maneira, temos ao mesmo tempo a produção do espaço no sentido de torná-lo cada vez mais produtivo economicamente, com a criação de novas fronteiras

econômicas no urbano, com a fragmentação e a funcionalização do espaço e de outro lado temos o espaço como instância fundamental da vida, como espaço vivido. A crítica do processo de urbanização atual tem como fundamentação o papel histórico da cidade e do urbano como o lugar do encontro, da apropriação, da diferença, da qualidade. No entanto, estamos diante de uma realidade urbana cada vez mais reduzida a valor de troca e a signos que realizam este valor de troca. A sociedade urbana como hipótese estratégica vislumbra uma verdadeira e concreta socialização da sociedade no urbano. Porém constatamos que o que foi e está sendo socializado são os signos para o consumo, ou seja, há a socialização de abstrações que se concretizam na vida cotidiana.

Bibliografia

CARLOS, Ana Fani Alessandri. São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (orgs.). *Geografias de São Paulo - A metrópole do século XXI*. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

GEORGE, Pierre. *Panorama do Mundo Atual*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966, p. 214.

KROPOTKIN, P.. A descentralização das indústrias. In: *Kropotkin – textos escolhidos* (seleção de Maurício Tragtenberg). Porto Alegre: LPM Editores, 1987.

LACOSTE, Yves. *Geografia do Subdesenvolvimento*. São Paulo: Difusão Européia do Livro/Editora da Universidade de São Paulo, 1966.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Centauro Editora, 2006, 4ª ed..

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. *A Produção do Lugar na Periferia da Metrópole Paulistana*. Dissertação de Mestrado, DG-FFLCH-USP, 2007.

RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris: Gallimard, 1997.